

DOCUMENTO DE SOCIEDADES,

ASSOCIAÇÕES E ENTIDADES

PARA AS ELEIÇÕES 2026:

PRINCÍPIOS E REIVINDICAÇÕES

PARA O EXECUTIVO E O LEGISLATIVO





As sociedades científicas, associações e entidades educacionais abaixo assinadas, conscientes de sua responsabilidade histórica e de seu compromisso com a educação pública, a pós-graduação, a pesquisa, a soberania nacional e a democracia, tornam públicos os princípios e as reivindicações que defendem para assegurar a implementação, o fortalecimento e o contínuo aperfeiçoamento do projeto de educação brasileira, democraticamente construído e expresso na Constituição Federal, na legislação educacional e no Plano Nacional de Educação (PNE). Consideram que esses princípios e compromissos devem orientar o debate público e integrar os programas das candidaturas no processo eleitoral de 2026, quando serão eleitos os Poderes Executivo e Legislativo dos estados, do Distrito Federal e da União.

A defesa da educação pública ocupa lugar de destaque nos discursos de grande parte das candidaturas durante as campanhas eleitorais. No entanto, uma vez eleitos, muitos representantes abandonam os compromissos assumidos com a sociedade e passam a implementar políticas que fragilizam a educação pública, a pós-graduação, a ciência e a pesquisa. Essa prática evidencia a utilização da educação como instrumento de conveniência eleitoral e revela o distanciamento de um projeto de nação comprometido com a democracia, a justiça social e a soberania nacional, para o qual é imprescindível assegurar a educação como direito de todas as pessoas e dever do Estado.



Nesse contexto, é fundamental que os programas apresentados pelas candidaturas de todas as esferas em disputa estejam alicerçados nos marcos legais que estruturam a política educacional brasileira e assumam o compromisso com a efetiva implementação do Sistema Nacional de Educação (Lei Complementar nº 220/2025) e com o cumprimento das metas e estratégias do Plano Nacional de Educação (Lei nº 15.388/2026), reconhecendo-os como instrumentos estruturantes para a consolidação de uma política de Estado para a educação.

As sociedades científicas, associações e entidades educacionais signatárias, cuja missão é defender a educação pública, a pós-graduação, a produção científica e a valorização do conhecimento como bens públicos, colocam-se à disposição para contribuir com a formulação, o acompanhamento e o fortalecimento de um projeto educacional comprometido com os seguintes princípios:

Defesa da educação pública como direito de todas as pessoas

- Defesa da educação pública, gratuita, laica, democrática, inclusiva, plural, socialmente referenciada e de qualidade, assegurada como direito constitucional, com acesso, permanência, participação e aprendizagem em todos os níveis e modalidades, garantida pelo Estado brasileiro, com gestão pública, financiamento público e sem processos de privatização.



Compromisso com a democracia, a valorização da educação e de suas/seus profissionais

- Defesa da gestão democrática, da participação social, da liberdade, da justiça social, da ciência e da pós-graduação, como fundamentos das políticas de Estado para a educação, articulada à valorização das/os profissionais da educação, com formação, carreira, remuneração digna e condições adequadas de trabalho.
- Defesa da valorização das/os profissionais da educação como políticas de Estado, articulando formação inicial e formação continuada, asseguradas condições de trabalho adequadas, remuneração condigna e saúde, por meio do fortalecimento das carreiras docentes e dos demais profissionais da educação básica e superior.
- Compromisso com a liberdade de cátedra e valorização da autonomia docente.

Gestão democrática, participação e espaços de formulação de políticas

- Gestão democrática da educação e das instituições formadoras, entendida como princípio da democratização da sociedade.
- Compromisso com a participação democrática na formulação das políticas educacionais, fortalecendo conferências, fóruns, conselhos e entidades acadêmico-científicas.



Inclusão, diversidade, direitos humanos e acessibilidade

- Compromisso com respeito e reconhecimento da diversidade, a inclusão, os direitos humanos e o enfrentamento das desigualdades, considerando as dimensões étnico-raciais, de gênero, territoriais, culturais, geracionais e das pessoas com deficiência.
- Defesa da acessibilidade e equidade, respeitadas as demandas específicas de estudantes público da educação especial e a garantia de remoção de barreiras que impedem ou dificultam que a justiça curricular se efetive.
- Compromisso com a justiça social, os direitos humanos, os da natureza e outras formas de existir vividas pelos povos originários.
- O respeito às especificidades sociais, culturais e epistemológicas dos diferentes sujeitos e grupos sociais.

Defesa do Sistema Nacional de Educação, financiamento e resistência à mercantilização e privatização na/da educação

- Defesa do Sistema Nacional de Educação e do regime de colaboração para o fortalecimento e a efetivação das políticas públicas educacionais.
- Luta pela redução das desigualdades com ampliação do investimento público em educação pública.
- Defesa da destinação exclusiva dos recursos públicos para a educação pública, com gestão pública e civil.



- Defesa da manutenção da vinculação de receitas de impostos para a educação pública/estatal, como instrumento de garantia de financiamento para realização de sua missão.
- Defesa da manutenção e ampliação dos recursos da educação, blindando-os do Arcabouço Fiscal Sustentável ou de qualquer programa de ajuste fiscal.
- Garantia de financiamento ao ensino superior público e gratuito, ampliando os orçamentos das Instituições Públicas de Educação Superior.
- Resistência às políticas de padronização, mercantilização, privatização e militarização do currículo, da gestão e formação docente, defendendo a autonomia das instituições formadoras.
- Garantia da transparência e do controle social sobre os recursos da educação, assegurando as condições para o funcionamento dos conselhos e a formação dos conselheiros para o exercício de suas funções.

Formação docente inicial, nível superior e papel da universidade

- Garantia da formação docente inicial em nível superior, prioritariamente presencial, tendo a universidade pública como seu locus privilegiado.
- Defesa da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, como fundamento da formação universitária e constituição da docência como base da identidade de professores/as.



- Articulação entre teoria e prática, garantindo sólida formação científica, pedagógica, cultural e interdisciplinar, a pesquisa como princípio formativo e a cooperação entre instituições de ensino superior, redes de educação básica e órgãos públicos responsáveis pela formulação e implementação de políticas de formação docente.
- Fortalecimento das Ciências Humanas, da Filosofia e das Artes na educação básica e superior como uma das condições para a formação cidadã.

Cientes de que para alcançar esses princípios ainda temos muito a fazer, nossas sociedades científicas, associações e entidades educacionais, reiterando nosso compromisso com a pós-graduação, a pesquisa e a educação pública, democrática, laica, gratuita, socialmente referenciada, pautada na diversidade e equidade, apresentam suas reivindicações a todos/as candidatos/as:

Plano Nacional de Educação (PNE) e Sistema Nacional de Educação (SNE)

- Implementar integralmente o Sistema Nacional de Educação, fortalecendo o regime de colaboração entre União, estados, Distrito Federal e municípios, com definição de responsabilidades, cooperação federativa e financiamento adequado.
- Assegurar a materialização das metas e estratégias do Plano Nacional de Educação (2026–2036), com monitoramento permanente, participação social e avaliação pública dos resultados.



Financiamento Público e Combate à Privatização na/da Educação

- Garantia do financiamento público suficiente e estável para a educação pública, assegurando o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação e a ampliação progressiva do investimento público em educação com a destinação de 10% do PIB para a educação pública conforme previsto no PNE 2026-2036.
- Garantia da preservação da vinculação constitucional de recursos para a educação, contida no artigo 212 da Constituição Federal de 1988.
- Exclusão da vinculação constitucional de recursos da União do Arcabouço Fiscal Sustentável ou de qualquer programa de ajuste fiscal que venha a ser implementado.
- Combate às renúncias fiscais que retiram recursos da educação.
- Redução das emendas propostas pelo Legislativo para o orçamento que retiram recursos da educação sem compromisso com os planos decenais de educação e o cuidado com a transparência no uso do recurso público.
- Garantia da escuta às entidades científicas do campo da educação no processo de regulamentação dos Padrões Mínimos de Qualidade e da Metodologia do Custo Aluno Qualidade (CAQ).
- Compromisso de implementação do CAQ progressivamente e não apenas no final do decênio do PNE 2026-2036.
- Redução das assimetrias regionais/estaduais nos investimentos públicos para a educação, da pós-graduação e da ciência.
- Extinção da possibilidade de destinação de recursos do Fundeb a instituições privadas conveniadas.



- Estabelecimento de medidas que impeçam processos de privatização da educação, contrapondo-se, em todos os entes federativos, ao financiamento público na forma de escolas sob administração de Organizações Sociais (OS), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), militarização, vouchers, educação domiciliar, entre outras, que representam basicamente diferentes formas de privatização.
- Eliminação, de forma progressiva, dos repasses de recursos financeiros públicos a instituições privadas que têm operado na oferta de educação infantil, educação das pessoas jovens e adultas e educação superior, expandindo o atendimento e o financiamento do setor público.

Valorização, Carreira e Formação dos Profissionais da Educação

- Valorização dos/das professores/as mediante a realização de concursos públicos, respeito ao Piso Salarial Profissional Nacional e às carreiras.
- Equiparação do rendimento médio dos profissionais de cada etapa da educação básica ao dos/as trabalhadores/as das demais ocupações com requisito de escolaridade equivalente;
- Exigência de formação em Licenciatura para ingresso nas carreiras da Educação Básica.
- Ampliação e criação de políticas públicas que visem cuidar e promover a saúde física e mental de profissionais da educação básica e superior.



Fortalecimento, revisão e ampliação das políticas públicas voltadas para a formação - inicial e continuada - de professores/as.

- Estabelecimento de mecanismos que garantam que o/a professor/a com formação específica leccione apenas o componente curricular do qual está habilitado.
- Fortalecimento, revisão e ampliação das políticas públicas voltadas para a formação - inicial e continuada - de professores/as.
- Estabelecimento de mecanismos que garantam que o/a professor/a com formação específica leccione apenas o componente curricular do qual está habilitado.

Diretrizes Curriculares, BNCC e Disciplinas

- Revogação da BNCC e reorientação das políticas curriculares brasileiras, restituindo a autonomia aos sistemas de ensino e às instituições escolares para a construção democrática de seus currículos, na valorização e no respeito à diversidade nacional e à pluralidade de ideias e concepções pedagógicas.
- Promoção da educação em direitos humanos, para as relações étnico-raciais, para a igualdade de gênero, para a sustentabilidade socioambiental, para a cultura de paz e para a democracia como princípios estruturantes dos currículos e das práticas educativas.
- Defesa da pluralidade dos campos do conhecimento humano, valorizando as Linguagens, as Matemáticas, as Ciências Humanas e Sociais, as Ciências da Natureza, as Artes e a Filosofia, bem como os diferentes saberes, práticas e epistemologias que os constituem e enriquecem a produção do conhecimento e a formação humana.



Gestão Democrática, Conselhos e Participação Social

- Gestão democrática da educação com promoção de uma gestão educacional e escolar democrática, transparente, participativa, com decisões coletivas e eleição direta de diretores/as escolares.
- Fortalecimento da participação social e do controle social por meio da ampliação da participação em conselhos, fóruns de educação, conferências e demais instâncias de participação da comunidade escolar e da sociedade na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas.
- Revisão da composição e atribuições do Conselho Nacional de Educação (CNE), ampliando a representação científica e das associações e confederações sindicais no CNE, diminuindo a participação de Organismos e Institutos privados ou vinculados à instituições privadas alheias à educação.
- Criação e a consolidação de comissões de mediação de conflitos e de direitos humanos para a sustentação da gestão democrática e a efetivação da equidade, atuando contra os processos contemporâneos de controle autocrático e de militarização das escolas públicas.
- Fortalecimento das instâncias de controle social mediante garantia das condições para o seu pleno funcionamento, assegurando a autonomia no exercício de suas funções.



Diversidade e inclusão na educação

- Garantia de políticas de acessibilidade e inclusão para estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, altas habilidades ou superdotação, assegurando acesso permanência, participação e aprendizagem em todos os níveis, etapas e modalidades.
- Investimento na produção de dados que objetivem realizar o mapeamento demográfico do público da educação especial, considerando que a construção de políticas públicas depende da visibilização das populações em diferentes territórios de existência – urbanos, ribeirinhos, quilombolas e indígenas com deficiência.
- Ampliação e consolidação do atendimento educacional especializado para além da sala de recursos multifuncionais.
- Valorização da carreira docente e dos/as profissionais de apoio que atuam na educação especial, com salário e condições de trabalho dignos e que possibilitem estudo, planejamento e construção colaborativa de processos educativos inclusivos.
- Fortalecimento da educação do campo, indígena, quilombola, das águas, das florestas, de pessoas jovens e adultas e das demais modalidades educacionais, respeitando suas especificidades culturais, territoriais, linguísticas e pedagógicas.



Ensino Superior, Ciência, Pesquisa e Tecnologia

- Garantia da autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira das universidades públicas, fortalecendo seu papel na produção do conhecimento, na formação cidadã e no desenvolvimento nacional.
- Fortalecimento da articulação entre educação básica, ciência, tecnologia, cultura e inovação, ampliando o investimento público em pesquisa básica e aplicada e promovendo a soberania científica e tecnológica do país.
- Aumento do financiamento para a ciência e a pesquisa no país, ampliando significativamente o investimento no futuro do país.

Infraestrutura e Tecnologia Digital

- Efetivação da política nacional de infraestrutura escolar prevista no PNE 2026 - 2036 assegure condições adequadas de funcionamento das instituições de ensino, incluindo conectividade, bibliotecas, laboratórios, equipamentos esportivos, culturais e de acessibilidade.
- Regulação das plataformas educacionais, sobretudo aquelas que servem para controle e limitação da autonomia docente em sala de aula.
- Regulamentação das redes sociais e das ferramentas baseadas em Inteligência Artificial em prol do fortalecimento da cidadania e da soberania nacional.



Nossas sociedades científicas, associações e entidades educacionais, ao apresentarem seus princípios e reivindicações, colocam-se à disposição para o diálogo permanente e reafirmam seu compromisso com o acompanhamento, a fiscalização e a avaliação da implementação do projeto educacional a ser desenvolvido no período de 2027 a 2032. Esse compromisso será exercido por meio da produção de pesquisas, da socialização e circulação do conhecimento, da promoção do debate público e da participação ativa nos espaços de formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas educacionais.

ASSINAM ESTE DOCUMENTO:

ANPEd – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

ABdC – Associação Brasileira de Currículo

ABEH - Associação Brasileira de Ensino de História

ABECS – Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais

ABPEE – Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial

ABRAPEC – Associação Brasileira de Educação em Ciências

ANFOPE – Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação

ANPAE – Associação Nacional de Política e Administração da Educação

ABEFIIL – Associação Brasileira de Ensino de Filosofia

APOF – Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia

CEDES – Centro de Estudos Educação e Sociedade

CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

FINEDUCA – Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação

FORPARFOR - Fórum Nacional de Coordenadores Institucionais do Parfor

Forpibid– Fórum Nacional de Coordenadores Institucionais do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência

Forumdir - Fórum Nacional de Diretores de Faculdades, Centros de Educação ou Equivalentes das Universidades Públicas Brasileiras

PROIFES Federação – Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

SBenBIO – Associação Brasileira de Ensino de Biologia

SBHE – Sociedade Brasileira de História da Educação

SBEM – Sociedade Brasileira de Educação Matemática

SBenQ - Sociedade Brasileira de Ensino de Química

